

RESUMO - GT1: RACISMO E DEMOCRACIA EM DEBATE

RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA SOCIOECOLÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PRÁTICAS EDUCATIVAS E CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES NO IFPE CAMPUS RECIFE

Joelma Leticia Cruz De Lima (joelmalima@recife.ifpe.edu.br)

Maria Eduarda De Barros Matias (maria.mebm@ufpe.br)

Yasmim Stéfany Francisco De Oliveira (yasmim.stefany@ufpe.br)

A experiência apresentada refere-se à oficina “Racismo Ambiental e Justiça Socioecológica”, realizada durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFPE Campus Recife, cuja proposta foi problematizar as desigualdades raciais e ambientais que atravessam o território pernambucano, articulando o debate ao GT1 “Racismo e Democracia em debate”. Compreendendo o racismo ambiental como expressão do racismo estrutural e mecanismo que restringe direitos, fragiliza a participação política e expõe populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais a riscos socioambientais desproporcionais, a atividade teve como objetivo promover uma formação crítica voltada à educação antirracista e à defesa da democracia.

A metodologia combinou exibição audiovisual, exposição dialogada e dinâmica participativa. O documentário “Raízes Silenciadas” introduziu os estudantes às vivências de racismo ambiental em Pernambuco, enquanto a mediação da docente convidada apresentou dados e mapas do Recife que evidenciam a racialização da vulnerabilidade socioambiental e mostram como o planejamento urbano reforça privilégios da branquitude. Em seguida, os 27

participantes foram organizados em grupos e receberam casos reais de conflitos ambientais envolvendo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades negras, analisando sujeitos atingidos, interesses econômicos e elementos de racialização, além de propor estratégias de enfrentamento pautadas na justiça socioambiental.

As análises produzidas demonstraram que o racismo ambiental opera como forma de violência política e de erosão democrática ao limitar o acesso a direitos, aprofundar desigualdades e invisibilizar povos e comunidades tradicionais. A experiência evidenciou o potencial pedagógico das práticas participativas para fortalecer a consciência crítica, ampliar a compreensão das relações entre racismo e democracia e consolidar a educação antirracista como instrumento fundamental na defesa dos direitos coletivos.

A oficina possibilitou aos estudantes uma leitura crítica do racismo ambiental e urbano, favorecendo a construção coletiva de estratégias de enfrentamento em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, que, conforme Iamamoto (2008) e Netto (2011), orienta a formação profissional para a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação humana. As práticas educativas adotadas contribuíram para a compreensão das desigualdades socioambientais que afetam grupos vulnerabilizados, situando tais expressões no âmbito da questão social e de suas determinações urbanas. Apesar das dificuldades iniciais de alguns participantes em relacionar o conceito às próprias vivências, o processo formativo demonstrou a importância de integrar teoria, prática e análise crítica da realidade, fortalecendo competências profissionais essenciais como mediação, escuta qualificada e leitura sócio-histórica.

Ao articular a realidade local às agendas ambientais globais, como as discutidas na COP30, a oficina evidenciou a necessidade de políticas públicas que integrem sustentabilidade, equidade e responsabilidade social. Assim, reafirma-se a centralidade da educação crítica na formação de profissionais capazes de interpretar e intervir eticamente nas múltiplas expressões das desigualdades ambientais, contribuindo para o fortalecimento de práticas e instituições comprometidas com a justiça socioecológica e a gestão democrática dos territórios.

Palavras-chave: racismo ambiental; justiça socioambiental; educação crítica; projeto ético-político.